

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.747.278 - RS (2018/0142103-3)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : OLIMPIA DE SOUZA LIARES
ADVOGADO : JULIANA DE PAIVA ALMEIDA - RS105052A

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E N. 41/2003. NOVOS TETOS. ENFOQUE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL.

1. O Tribunal de origem examinou a questão da incidência dos novos tetos da EC 20/98 e da EC 41/03 aos benefícios previdenciários concedidos antes da CF/88 sob o viés eminentemente constitucional, circunstância que evidencia a inviabilidade de análise do apelo nobre, sob pena de usurpação da competência da Suprema Corte.
2. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 19 de março de 2019 (Data do julgamento).

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator